

VII Seminário FESPSP - “Na encruzilhada da democracia: Instituições e Informação em tempos de mudança”.

24 a 28 de setembro de 2018

GT 07 Antropologia Urbana

O lixo na cidade de São Paulo: reflexões a partir das ciências sociais

Jéssica Ferreira Cardoso¹

Resumo:

Este trabalho pretende refletir sobre a relação das pessoas com o lixo, a fim de compreender por que, mesmo diante das tecnologias disponíveis e do esclarecimento sobre seus impactos, contemporaneamente ainda produzimos tanto lixo e ele continua sendo um dos principais problemas ambientais urbanos. Ele explora algumas contribuições teóricas no âmbito das ciências sociais, privilegiando como recorte espacial e cultural a cidade de São Paulo/SP, e se desenvolve em três perspectivas: a partir de uma reconstrução histórica, em que se percebe a construção dos hábitos e valores em torno do lixo juntamente com a incorporação de valores modernos como limpeza, pureza e ordem; a partir de teorias sobre a Sociedade de Consumo, em que o descarte é elemento chave da constituição e manutenção do consumismo; mas também, como parte constitutiva da relação das pessoas com as coisas, ou seja, da própria materialidade do mundo em constante significação e organização, e que portanto, pode ser construída de maneiras outras.

Palavras-chave:

Lixo. Consumo. Sociedade de Consumo. Cultura material. Meio ambiente.

¹ Engenheira Ambiental e Sanitarista pelo Centro Universitário Estácio Radial de São Paulo (2015) com pós-graduação em Gerenciamento de Áreas Contaminadas pelo SENAC (2013), e Cientista Social pela FESPSP (2018). E-mail: fcardoso.jessica@gmail.com

1 Introdução

Este artigo pretende refletir sobre o lixo nas sociedades contemporâneas ocidentais e ocidentalizadas, privilegiando como recorte espacial e cultural a cidade de São Paulo/SP.

A construção desta proposta teve como ponto de partida um certo incômodo a respeito do tratamento dado às questões ambientais. Mesmo considerando sua consolidação como tema relevante nas conversas cotidianas, no interior das organizações públicas e privadas, e inclusive pauta de discussões e acordos internacionais, ainda é comum que as questões desta ordem sejam abordadas como supérfluas e dispensáveis, “artigo de perfumaria”, percebidas sobretudo pelas onerosas mudanças que exigem. Um problema constantemente deixado para depois, ignorando os impactos já sentidos principalmente pelas formas de vida mais vulneráveis, incluindo humanas.

Neste sentido, o lixo foi assumido como objeto de pesquisa buscando compreender por que, mesmo diante das tecnologias disponíveis e do esclarecimento sobre seus impactos, continuamos produzindo tanto lixo e ele continua sendo um dos principais problemas ambientais urbanos.

A hipótese inicial se pautava na produção de lixo como uma consequência, talvez imprevista e não calculada, do estilo de vida consumista, centrado no consumo excessivo de bens e serviços, frequentemente inúteis e desnecessários.

A fim de explorar esta hipótese, nos propomos a realizar uma revisão teórica da bibliografia sobre o assunto no âmbito das ciências sociais, e com isso refletir sobre a relação que as pessoas estabelecem com as coisas e com outras pessoas ao consumir, usar e descartar objetos, especialmente sob a égide do consumismo, bem como refletir sobre os elementos e mecanismos que subsidiam a construção do conceito de lixo e, portanto, a classificação das coisas que serão descartadas.

Com o desenvolvimento da pesquisa, além do consumismo, outros elementos também se mostraram importantes para compreender o significado e as práticas que hoje empregamos ao nos relacionar (ou não nos relacionar) com o lixo.

Desse modo, após uma primeira enunciação sobre o objeto, a reflexão sobre o lixo será apresentada em três dimensões: na construção histórica como parte do processo de modernização das cidades e da própria sociedade brasileira ao longo do século XX; na Sociedade de Consumo como elemento chave da constituição e

manutenção do consumismo; e também, como parte constitutiva da relação das pessoas com as coisas, ou seja, da própria materialidade do mundo, em constante significação e organização.

Rosana Miziara (2008) foi a principal referência utilizada na recomposição da história do lixo na cidade de São Paulo, ao passo que o cenário atual sobre produção, manipulação e disposição foi organizado com o auxílio de dados e informações públicas da Prefeitura Municipal de São Paulo e da ABRELPE - Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais.

Alice Duarte (2010) e Livia Barbosa (2004) são importantes autoras brasileiras que investigam o consumo, das quais trouxemos um panorama geral sobre o assunto, enquanto Zygmunt Bauman (2008) e Jean Baudrillard (2007) foram as referências para abordar as características mais específicas da Sociedade de Consumo e as consequências do consumismo como fenômeno contemporâneo.

Ao final, pareceu importante refletir sobre a dimensão material como uma parte constitutiva da vida em qualquer sociedade, na qual, portanto, o lixo é apenas uma das formas de categorização das coisas. Roberto Esposito (2016), Daniel Miller (2013) e Donna Haraway (2009) foram as inspirações teóricas para lançar outras perspectivas sobre esta relação entre pessoas e coisas.

2 Dimensões do objeto

Uma tragédia atingiu o Centro de São Paulo na madrugada do primeiro de maio de 2018. As chamas que atingiram o edifício Wilton Paes de Almeida, no Largo do Paissandu, também o fizeram desabar poucas horas depois levando a vida de uma pessoa², além de deixar cerca de 150 famílias sem moradia e sem qualquer outra coisa material que exceda as roupas do corpo.

Amplamente noticiado, o prédio ocupado por membros de um movimento de luta por moradia³ não apresentava riscos estruturais segundo a Defesa Civil, tampouco

² Até 02/05/2018 ninguém havia confirmado o número de vítimas fatais. Apenas se sabia de moradores desaparecidos. Um deles, um homem que estava sendo resgatado, foi engolido pelo fogo durante o desabamento e os bombeiros acreditavam serem pequenas as chances de encontrá-lo vivo (CHAPOLA, 2018).

³ O imóvel de propriedade da União foi sede da Polícia Federal até 2001, “mas depois deixou de ser interessante tanto para empresas quanto para o Estado” (SILVA, 2018). Nesta situação, entre 2012 e

oferecia total segurança (CHAPOLA, 2018). Mas, numa cidade como São Paulo, mergulhada numa “verdadeira situação de emergência habitacional”, além da profunda desigualdade social, ocupar significa, para muitos, lutar, resistir e sobreviver. E esta era apenas uma, das mais de 100 ocupações que se estima existir na cidade, como aponta Raquel Rolnik, que atuou como Relatora Especial para o Direito à Moradia Adequada do Conselho de Direitos Humanos da ONU (*apud* SILVA, 2018).

As causas do incêndio ainda estão sendo investigadas. Há relatos de uma briga de casal, da presença de incontáveis botijões de gás, de instalações elétricas inadequadas, e também sobre o descarte de lixo no fosso do elevador (CHAPOLA, 2018). Todas estas situações poderiam igualmente estar associadas à causa do incêndio. Não interessando aqui a causa real, mas justamente a potencialidade de cada uma delas, é a partir desta perspectiva que gostaria de olhar para a ocorrência do lixo no fosso do elevador. Pode muito bem ser que o incêndio não tenha surgido daí, mas poderia muito bem ser que sim.

Resíduos acumulados entram em decomposição – muito rapidamente no caso de materiais orgânicos como alimentos, gerando como produto chorume e gases, principalmente o metano – gás altamente inflamável. Acumulados num fosso de elevador, chorume e gases podem se transformar em chamas com um acender de fósforo, fazendo qualquer um de vítima.

Não teria sido o primeiro caso. A disposição e descarte de resíduos⁴ já causou vítimas e impactos significativos, e continua sendo um dos principais problemas ambientais da contemporaneidade.

Casos como o Shopping Center Norte na capital paulista, o Condomínio Residencial Barão de Mauá em Mauá/SP, ou os aterros industriais Mantovani e Cetrin em Santo Antônio da Posse/SP, são exemplos de Áreas Contaminadas⁵ cujo comprometimento e risco à saúde humana estão diretamente relacionados com a disposição e descarte de resíduos (CETESB, 2018).

2018 o edifício foi ocupado inúmeras vezes por membros dos movimentos de luta por moradia, e na ocasião estava ocupado pelo movimento LMD (Luta por Moradia Digna) (CHAPOLA, 2018).

⁴ Poderia ter usado a expressão “disposição inadequada”, mas ela perde o sentido quando, na exposição adiante, mostramos que “condições adequadas” podem se tornar nocivas, e “condições inadequadas” são toleradas pela legislação.

⁵ Área Contaminada é a designação geral para “área, terreno, local, instalação, edificação ou benfeitoria que contenha quantidades ou concentrações de matéria em condições que causem ou possam causar danos à saúde humana, ao meio ambiente ou a outro bem a proteger” conforme definido no Decreto 59.263 (SÃO PAULO, 2013).

O Conjunto Residencial Barão de Mauá [por exemplo] é uma área contaminada por compostos orgânicos e inorgânicos, alguns deles voláteis, entre eles o benzeno, clorobenzeno, trimetilbenzeno e decano. Foi implantado em terreno pertencente à empresa de amortecedores Cofap, o qual havia sido aterrado com resíduos sólidos industriais, predominantemente areias de fundição. Como não havia controle da área pelos proprietários, outras substâncias tóxicas, de origem desconhecida, foram ali sendo depositadas inadequadamente (...). A CETESB passou a atuar no caso em função de explosão ocorrida em abril de 2000, quando estava sendo realizada manutenção em uma bomba numa das caixas d'água subterrâneas instaladas no condomínio, *vitimando fatalmente um operário e deixando um outro com queimaduras de terceiro grau* [grifo nosso] (CETESB, 2018).

Como estas, existem dez Áreas Contaminadas Críticas⁶ no Estado de São Paulo, no entanto, considerando as diversas classificações e etapas do processo de gerenciamento⁷ o número é bem maior. Na “Relação de Áreas Contaminadas e Reabilitadas no Estado de São Paulo” (atualizado em dezembro de 2017) a CETESB⁸ apresenta o cadastro público de 193 áreas que tiveram como fonte de contaminação exatamente o descarte e disposição de resíduos (CETESB, 2017).

Além destas áreas já impactadas, outra questão importante vinculada ao lixo é sobre a disposição dos volumes que estão sendo produzidos constantemente, a cada novo dia. Segundo dados apresentados pela ABRELPE em 2016 foram quase 78,3 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos⁹ geradas no país, das quais, 7 milhões de toneladas (equivalente a 9%) não foram coletadas, 29,7 milhões de toneladas (equivalente a 38%) foram encaminhadas para aterros controlados ou lixões – modos considerados inadequados de descarte por trazer impactos na qualidade ambiental e na saúde pública, a exemplo das áreas contaminadas – e, somente 41,7 milhões de toneladas (equivalente a 53%) foram enviadas para aterros sanitários – descarte em conformidade com a legislação e normas técnicas (ABRELPE, 2016).

⁶ Área Contaminada Crítica são “áreas contaminadas que, em função dos danos ou riscos, geram risco iminente à vida ou saúde humanas, inquietação na população ou conflitos entre os atores envolvidos, exigindo imediata intervenção pelo responsável ou pelo poder público, com necessária execução diferenciada quanto à intervenção, comunicação de risco e gestão da informação”, conforme definido no Decreto 59.263 (SÃO PAULO, 2013).

⁷ A classificação das áreas cadastradas é estabelecida segundo o Regulamento da Lei 13.577/09, aprovado pelo Decreto 59.263/13 que estabelece as seguintes classes: Área Contaminada sob Investigação (ACi); Área Contaminada com Risco Confirmado (ACRi); Área Contaminada em Processo de Remediação (ACRe); Área em Processo de Monitoramento para Encerramento (AME); Área Reabilitada para o Uso Declarado (AR); Área Contaminada Crítica (ACcrítica), e Área Contaminada em Processo de Reutilização (ACRu).

⁸ Cia Ambiental do Estado de São Paulo.

⁹ Também identificados pela sigla RSU, são assim classificados os resíduos domiciliares (originários de atividades domésticas em residências urbanas) e resíduos de limpeza urbana (originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas, e outros serviços de limpeza urbana), de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010)

Cada habitante da região sudeste gerou em 2016 cerca de 1,2 kg de resíduo sólido urbano por dia, enquanto a média brasileira foi de 1,04 kg/hab/dia¹⁰. Por outro lado, sabe-se que grande parte deste volume poderia ter recebido outro destino, sendo reciclado ou incorporado em outros processos produtivos como matéria-prima, aliviando a exploração dos recursos naturais e reduzindo o trabalho empregado na produção de novos artigos¹¹ (ABRELPE, 2016).

A situação se torna ainda mais grave ao se dar conta de que estes quase oitenta milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos representam, na realidade, apenas cerca de 2,5% do volume total. Maurício Waldman, autor do livro *Lixo: cenários e desafios* (2010), aponta que a conta final precisa abarcar ainda os resíduos de construção e demolição (3%), da indústria (4%), da agricultura (19%), da mineração (39%) e da pecuária (39%) (*apud* NINNI, 2011).

Lixo, resíduo, rejeito para uns, recurso para outros. A relação das pessoas com as coisas, e com o lixo, varia bastante no tempo, no espaço, e atende a critérios diversos. Até aqui, a construção da noção de lixo privilegiou mostrá-lo em seu caráter mais perigoso, nocivo, que poderia ser percebido também como ente, aos moldes de um monstro, já que dotado da capacidade de ação, ou então, reação à ação humana. Como algo que afeta, contamina, explode, e não como algo que desaparece magicamente, distante, passivo e inerte, assim como talvez figure no imaginário daquelas pessoas bem abastadas que pagam (pouco) outra pessoa para manipular os próprios dejetos.

Trata-se de algo semelhante ao que Isabelle Stengers propõe em *Na era das catástrofes* (2015) ao nomear a “intrusão de Gaia”. Numa época em que o aquecimento global, o derretimento das geleiras, a presença de CO₂ na atmosfera ou outros impactos ambientais são uma realidade cada vez mais evidente ao cidadão comum¹², sua estratégia é evidenciar que estamos “diante não apenas de uma natureza ‘que deve ser protegida’ contra os danos causados pelos homens, mas também de uma natureza capaz de incomodar, de uma vez por todas, nossos saberes e nossas vidas” (p. 11). Assim,

¹⁰ Em comparação com outros países “o Brasil tem uma produção de resíduos sólidos por habitante por ano semelhante à de países desenvolvidos, mas ainda tem um padrão de descarte equivalente ao dos países pobres, com envio para lixões a céu aberto e pouca reciclagem” (GIRARDI, 2016).

¹¹ Estima-se que cerca de 30% de todo lixo descartado no Brasil poderia ser reciclado (ABRELPE, 2015).

¹² Em contraste especialmente ao cientista que participa das técnicas de mensuração e previsões deste tipo.

nomear Gaia e caracterizar como intrusão os desastres que se anunciam, é crucial salientar, depende de uma operação pragmática. Nomear não é dizer a verdade, e sim atribuir àquilo que se nomeia o poder de nos fazer sentir e pensar no nome que suscita. No caso presente, trata-se de resistir à tentação de reduzir a um simples “problema” o que constitui acontecimento, o que nos atormenta. Mas também de fazer existir a diferença entre a questão imposta e a resposta a ser criada. Nomear Gaia como “a que faz intrusão é também caracterizá-la como cega aos danos que provoca, à maneira de tudo que é intrusivo. (STENGERS, 2015, p. 37)

Neste sentido, não se trata de criar um termo novo para se referir ao lixo ou aos seus impactos, mas de operar com a mesma lógica e, com isso, evidenciar a importância de considerar a sua existência permanente no cotidiano e de refletir sobre a sua produção, manipulação e descarte.

3 Do cotidiano à história: o lixo no processo de modernização de São Paulo

Qualquer pessoa que preste um pouco mais de atenção em sua rotina perceberá a quantidade significativa de coisas que descarta todos os dias. São embalagens vazias, sobras de alimento, roupas que não servem mais ou saíram de moda, móveis substituídos por outros mais adequados ao uso ou à decoração, e mais toda a infinidade de coisas possíveis. Afinal, tudo o que compõe o mundo material pode ser transformado em lixo.

Ao invés de um ato refletido, descartar coisas parece mais um movimento automático, interessado principalmente em removê-las para longe o mais depressa possível, pois elas deixaram de fazer parte do conjunto de coisas ainda desfrutáveis pela pessoa – seja no uso, seja no gosto.

Em casa, pessoas separam esse material em um saco plástico e devidamente amarrado o colocam fora de casa nos dias e horários estabelecidos, e assim, como num ritual ou passe de mágica, o lixo (recolhido) desaparece. Já o espaço público parece muitas vezes desimpedido, e na falta de uma lixeira ou mesmo com ela, é comum que a rua ou a calçada sirvam para dispor o lixo.

Já pensou se cada um precisasse de fato se preocupar com a disposição do seu quilo de lixo diário?¹³ Onde descartar numa cidade como São Paulo? Se hoje a gestão do lixo é responsabilidade do poder público, que por sua vez privatiza o serviço, essa

¹³ Cada habitante da região sudeste gerou em 2016 1,2 kg de resíduo sólido urbano por dia, segundo dados da ABRELPE de 2016. A média brasileira foi de 1,04 kg/hab/dia.

dinâmica passou por uma construção histórica e mudanças importantes que Rosana Miziara revela em seu artigo *Por uma história do lixo* (2008).

No período seiscentista, não havia grandes preocupações com o lixo doméstico, bem como não era clara a distinção entre espaço público e privado. A limpeza geral da Vila de São Paulo de Piratininga era decretada pelo poder público por ocasião das festas e procissões, e os próprios moradores eram ordenados a limpar e carpir as testadas das casas, a praça e o entorno da Igreja. Na prática, essa atividade era realizada pelos negros e negras escravizados, ou então pelos fora da ordem “presos”. A sujeira ou imundície era, em geral, relacionada a elementos naturais, definidos por “restolhos de natureza, cardos e espinhos”, “ervas, matos e sujeiras de bicho”. (BRUNO, 1984 *apud* MIZIARA, 2008)

Até meados do século XIX a proximidade das pessoas com o lixo era percebida e vivida como, se não natural, pelo menos pouco problemática. Os locais designados para disposição eram becos, buracões e ribanceiras a menos de 1 km de distância da vila, e era comum ter como referência destes lugares as casas de moradores vizinhos, conforme consta no Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo de 1821 (*apud* MIZIARA, 2008):

no terreno que fica próximo ao rio Tamanduateí, que fica nos fundos da casa do Tenente Coronel Antônio Maria Quartim;
no buracão do Carmo, no lugar imediato à primeira casinha pertencente a este conselho (...)

O lixo somente se tornou alvo de preocupação sistemática das autoridades públicas com os surtos de epidemia que atingiram a cidade no fim do século XIX. Na época, as doenças eram associadas a miasmas, que transmitiriam as doenças das coisas mortas pelo ar. Cemitérios, matadouros e depósitos de lixo, todos eles vinculados à imagem de morte, precisariam ser removidos do centro da cidade por se traduzirem em um perigo para a ordem pública e para a saúde, e as atividades relacionadas passaram a ser consideradas como perigosas. (MIZIARA, 2008)

Seguindo esta preocupação, o Código de Posturas do Município de São Paulo de 1886 traz uma preocupação central com a demarcação do espaço público e a normatização de sua circulação, além disso, é expressivo com relação à organização dos espaços, incluindo os privados, quando se tratava da disposição do que era considerado lixo:

Art. 82 - Quando chegar ao conhecimento do fiscal que, dentro de alguma casa ou quintal, existem objetos em tal estado que possam prejudicar a saúde pública, pedirá licença para inspecionar, e se porventura, o fiscal reconhecer

a veracidade do fato, intimará o morador ou proprietário para, dentro de 24h, removê-los (...) (Código de Posturas do Município de São Paulo, 1886 *apud* MIZIARA, 2008, p.6).

Com isso, em prol da “higiene e embelezamento da cidade” diversas medidas higienistas e de saneamento foram tomadas, incluindo uma ação da Intendência de Polícia e Higiene nas habitações e cortiços do distrito de Santa Ifigênia registrada em 1893, em que “os fiscais *visitavam* casa por casa, fazendo remover todo o lixo acumulado nos quintais” [grifo nosso] (MIZIARA, 2008, p.6).

Tal ação, além de invadir e transformar em lixo aquilo que não necessariamente era, tratou a questão do lixo como caso de polícia. Atitude violenta e arbitrária, que alguns anos mais tarde, em 1904, também foi usada no Rio de Janeiro na campanha de vacinação da população, resultando na chamada Revolta da Vacina.

Este foi um período em que a cidade se tornou palco de um projeto de modernização da própria sociedade. O que significou que a valorização dos ideais de limpeza e ordem construiu-se por meio de um discurso normatizador de combate aos “restos”, que não se limitava a coisas ou atividades, mas também recaía sobre pessoas que eram associadas a estes “restos”: negros e negras, imigrantes, prostitutas, bêbados, pobres, trapeiros e sucateiros.

Um projeto de modernização que se pautou, portanto, não na construção da cidadania, de maneira a prover assistência e condições de dignidade, mas na construção de uma “subcidadania” caracterizada principalmente pela exclusão e marginalização da população. Isto, num período de importante afluxo de imigrantes e também da recém “liberdade” dos negros e negras até então escravizados (SCHWARZ, 1988; SCHARCZ, 2012). Condição análoga ao que ainda se observa nas periferias ou ocupações de São Paulo.

Ainda em 1893 foi celebrado o primeiro contrato com uma empresa particular para a realização dos serviços relacionados, que incluía a coleta domiciliar e de varrição, lavagem das ruas, limpeza de bueiros e bocas de lobo, incineração de lixo e limpeza de mercados. O contrato durou até 1913, mas já em 1900 foram realizados estudos sobre a produção, manipulação e disposição para fins de modernização do serviço, considerado “lento, insuficiente e perigoso”, como exposto nas palavras do inspetor sanitário Dr. Cavalcanti (*apud* MIZIARA, 2008, p.8).

A coleta dos materiais pela cidade por meio de carroças à tração animal só foi completamente substituída pelos caminhões na década de 1960, período decisivo na

definição dos serviços e na prática da manipulação do lixo como temos hoje. O slogan “povo desenvolvido é povo limpo” usado durante a Ditadura Militar numa campanha nacional contra o hábito de jogar lixo nas ruas caracteriza bem a incorporação social dos ideais modernos de limpeza associados à ordem e ao progresso.

Não há nenhum meio de pensar sobre a pureza sem ter a imagem da ordem, sem atribuir às coisas seus lugares “justos” e “convenientes” – que ocorre serem aqueles lugares que elas não preencheriam “naturalmente”, por sua livre vontade. O oposto da pureza - o sujo, o imundo, os agentes poluidores – são coisas “fora do lugar” (...) Não são características intrínsecas das coisas que as transformam em “sujas”, mas tão-somente sua localização e, mais precisamente, sua localização na ordem de coisas idealizadas pelos que procuram a pureza. (*apud* BAUMAN, 1998 p.14)

Ou seja, a ideia de aversão ao lixo, assim como das demais sujeiras (inclusive humanas), vai tomando tanto mais contorno, quanto mais se reforça a ideia oposta, de pureza e limpeza perseguidos na modernidade.

Além disso, o lixo foi sendo inserido na lógica de produção capitalista e se tornou objeto de disputas de engenheiros e empresas privadas, visto que, se transformou em um negócio bastante lucrativo. Só para se ter uma ideia, o mercado de limpeza urbana do país movimentou em 2016 cerca de R\$ 27,3 bilhões segundo a ABRELPE (2016, p.14).

Hoje, em São Paulo, os serviços de limpeza urbana são geridos pela AMLURB¹⁴ e realizados por empresas privadas em contratos de concessão, e incluem o lixo domiciliar, comercial, público e serviços de saúde. O material recolhido é enviado para aterros sanitários¹⁵, distante dos centros populacionais e das áreas nobres, onde as coisas, agora lixo ou melhor, resíduo sólido urbano, ficarão até serem completamente desintegrados.

Pelo menos é o que ocorre na maioria das áreas urbanizadas de São Paulo. Na cidade ilegal¹⁶, a relação com o lixo pode adquirir outras formas. Algumas áreas não possuem coleta pública ou ela é feita de maneira bastante ineficiente e os moradores são obrigados a conviver com o lixo diariamente; para outras pessoas o lixo pode ser a principal fonte de renda, como para os catadores de materiais recicláveis; ou ainda, pode ser fonte de alimento.

¹⁴ Autoridade Municipal de Limpeza Urbana.

¹⁵ O município utiliza três aterros para dispor os resíduos domiciliares e de varrição coletados: Aterro Sanitário Caieiras, Centro de Disposição de Resíduos (CDR) Pedreira e o Central de Tratamento de Resíduos Leste (CTL) conforme informação disponível no site da Prefeitura de São Paulo.

¹⁶ Termo usado para designar parte da cidade que recebe menor investimento público de infraestrutura, mas que pelo baixo preço dos lotes (muitos deles também irregulares) acabam por acomodar a parcela mais pobre da população, carente de moradia.

Nos últimos anos, a maior novidade foi a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)¹⁷ que inovou em diversos pontos, inclusive sobre o papel atribuído à indústria e à logística reversa. No entanto, em vigor há sete anos, falta aplicação prática em vários pontos, como conclui o relatório da ABRELPE (2016):

a geração de resíduos se mantém em patamares elevados, a reciclagem ainda patina, a logística reversa não mostrou a que veio e o país tem mais de três mil municípios com destinação inadequada, apesar da proibição existente desde 1981 e do prazo estabelecido pela PNRS ter-se encerrado em 2014, sem ter havido prorrogação, como alguns têm se manifestado (ABRELPE, 2016).

3 Consumo e consumismo na vida contemporânea

Nas sociedades contemporâneas ocidentais ou ocidentalizadas, o consumo é uma outra chave importante para entender a geração de lixo. Fortemente caracterizadas pela centralidade do consumo na vida social, o lixo pode ser encarado como uma consequência do excesso de objetos que pairam no cotidiano de compras inúteis e compulsões irracionais, reflexo de relações descartáveis e líquidas, e até símbolo de riqueza e distinção.

O consumo não foi exatamente o tema privilegiado nas ciências sociais. Como aponta a antropóloga Alice Duarte (2010), os estudos que inauguram o assunto começam a ser publicados somente na década de 1970: T. Veblen em *The Theory of the Leisure Class* (1970) estuda a classe ociosa e a ostentação por meio de objetos; M. Sahlins em *Culture and Practical Reason* (1976) discute as propriedades culturais dos bens de consumo da sociedade norte-americana, examinando os bens alimentares e o vestuário enquanto sistemas; e P. Bourdieu, que apresenta os bens de consumo como os próprios instrumentos de distinção em *A distinção* (1979).

Duarte também faz uma análise sobre esta ausência do consumo como objeto de pesquisa na antropologia e de modo geral nas ciências sociais, já que, assim como a produção, o consumo também havia se consolidado como uma atividade inerente à vida moderna ocidental e ao modelo capitalista.

Em primeiro lugar, ela aponta o fato de que por muito tempo a tradição da antropologia foi majoritariamente – senão exclusivamente – o estudo de sociedades tidas como “pré-industriais”, assim classificadas justamente pela ideia que se tinha

¹⁷ Instituída no país através da Lei Federal nº 12.305/2010.

sobre a relação entre as pessoas e as coisas, como muito mais pessoal, em que não é clara a separação entre sujeito e objeto. Já as sociedades industriais receberam esta classificação exatamente por alcançarem uma separação clara entre os dois, e por estarem imersas num sistema de produção de bens de massa, em que não restam senão relações meramente impessoais e utilitárias com os bens e os objetos.

Segundo Duarte (2010), esta visão impedia os pesquisadores de olhar para as relações de troca e de consumo das sociedades ocidentais contemporâneas para além da impessoalidade e objetividade de uma troca comercial.

Em segundo lugar, a ausência do consumo se explicaria pela própria teoria marxista que manteve a centralidade e importância da produção como chave da existência humana, na história e na sociedade, em contraste com o consumo, visto apenas como subsidiário da produção (DUARTE, 2010).

No entanto, além de uma mudança de perspectiva, alguns pesquisadores argumentam em favor de uma verdadeira mudança social ocorrida a partir da década de 1960, no pós-guerra, substituindo o paradigma capitalista pautado na produção por um capitalismo centrado no consumo.

Sociedade de consumo, pós-moderna, pós-industrial, líquida, são algumas designações que buscam demarcar esta mudança, algumas vinculadas à defesa da pós-modernidade, outras guardando uma posição diferenciada dentro da própria modernidade, que apesar de guardarem sua particularidade, se remetem especificamente às sociedades contemporâneas inseridas no contexto do capitalismo tardio (BARBOSA, 2004).

Zygmunt Bauman é um destes autores, para quem o consumo adquiriu verdadeira centralidade na vida social, causando a passagem de uma sociedade de produtores para uma sociedade de consumidores, ideia que ele desenvolve mais detidamente em *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias* (2008).

Aparentemente, consumir é algo banal e cotidiano, uma ocupação do indivíduo que acompanha qualquer formação social. No entanto, a passagem do consumo ao consumismo ocorre quando este passa a ser “especialmente importante, senão central para a maioria das pessoas, o verdadeiro propósito da existência” (CAMPBELL, in BAUMAN, 2008, p.38).

O consumismo é um atributo da sociedade em que

a capacidade profundamente individual de querer, desejar e almejar deve ser, tal como a capacidade de trabalho na sociedade de produtores, destacada (*alienada*) dos indivíduos e reciclada/reificada numa força externa que coloca a *sociedade de consumidores* em movimento e a mantém em curso como uma forma de vida que são eficazes e manipula as probabilidades de escolha e conduta individuais (BAUMAN, 2008, p.41).

Ao contrário da sociedade de produtores, em que os indivíduos eram interpelados, inclusive pelo Estado, como produtores ou soldados, na sociedade de consumidores eles são interpelados como consumidores, e seu valor é medido, não apenas em função da capacidade de consumir, mas também em função do quão bem eles vendem a si mesmos. Nela “ninguém pode tornar sujeito sem antes tornar-se mercadoria” (BAUMAN, 2008).

A este processo Bauman identifica como o fetiche da subjetividade ou comoditização dos consumidores, uma vez que eles se tornam *commodities*, vendáveis e indiferenciáveis não apenas no mercado, mas em todas as relações humanas que passam a atender ao padrão das relações consumidor-mercadoria (BAUMAN, 2008).

Na sociedade de consumidores, estes são preparados desde a infância para morar e agir em seu o habitat natural estruturado em torno dos shoppings centers, onde as mercadorias são procuradas, encontradas e obtidas, e nas ruas são exibidas ao público para dotar seus portadores de valor de mercado” (BAUMAN, 2008).

Neste caso, mais do que a necessidade de adquirir e acumular, existe a intensa necessidade de descartar e substituir que é típica das relações líquido-modernas¹⁸, em que não são mais importantes valores como estabilidade, durabilidade e segurança, nem mesmo com relação às coisas. A palavra de ordem é liberdade, ser tão livre para escolher, e para desistir da escolha anterior e escolher uma nova, que só não possa escolher *não escolher*. “Um ambiente líquido moderno é inóspito ao planejamento, investimento e armazenamento de longo prazo”, logo uma obsolescência embutida nos bens oferecem satisfação ao consumidor ao poder ser brevemente encaminhados para a lixeira. (BAUMAN, 2008).

Neste sentido, a sociedade de consumidores é impensável sem uma florescente indústria de remoção de lixo, porque ela só pode ser uma sociedade do excesso e do desperdício pródigo.

¹⁸ Outra forma de se referir à sociedade de consumidores, em oposição à sociedade de produtores, também chamada de sólido-moderna (BAUMAN, 2008).

Consumidores plenos não ficam melindrados por destinarem algo para o lixo; *ils (et elles, bien sûr) ne regrettent rien*¹⁹. Como regra, aceitam a vida curta das coisas e sua morte predeterminada com equanimidade, muitas vezes com um prazer disfarçado, mas às vezes com alegria incontida da comemoração de uma vitória. Os mais capazes e sagazes adeptos da arte consumista sabem que se livrar de coisas que ultrapassaram sua data de vencimento (leia-se: desfrutabilidade) é um evento de regozijar” (BAUMAN, 2008, p.111).

Sobre a efemeridade das coisas e seu descarte, Jean Baudrillard também afirma que “o que se produz não se fabrica em função do respectivo valor de uso ou da possível duração, mas antes em função da sua morte, cuja aceleração só é comparável pela inflação dos preços” (BAUDRILLARD, 1970, p. 42). O consumo não passa de termo intermediário, entre a produção e a destruição, ao passo que “só na destruição é que os objetos existem por excesso, dando testemunho da riqueza no próprio acto de desaparecimento” (BAUDRILLARD, 1970, p. 43).

Em *A sociedade de consumo* (1970), o autor também trata do fenômeno do consumo na modernidade, mas que para ele nada tem a ver com abundância. Esta aparência de um amontoado de objetos e bens materiais alimentam o mito da sociedade de consumo, que só existe em ideia e, na realidade, ela se estrutura sobre a escassez e raridade dos recursos, mantida inclusive para garantir certo grau de diferenciação entre seus indivíduos (BAUDRILLARD, 1970).

O que se pode tirar disso é que, na Sociedade de Consumo, a produção de lixo não configura apenas como um “resultado imprevisto” do excesso de consumo de bens. A própria descartabilidade das coisas, além de alimentar a produção capitalista, passa a ser um elemento importante a mediar a relação das pessoas com as coisas, à medida que permite ao indivíduo consumidor continuar consumindo e descartando com a “consciência tranquila”. A indústria do lixo, por sua vez, também contribui recolhendo-o e levando-o para longe da população consumidora.

4 Sobre pessoas e coisas: outras abordagens

De maneira geral, o consumo de bens é associado ao estilo de vida contemporâneo das sociedades ocidentais ou ocidentalizadas, visão inclusive presente na exposição anterior. No entanto, consumir é uma atividade presente em

¹⁹ Do francês: *eles (e elas, claro) não se arrependem de nada.*

toda e qualquer sociedade humana. Desde Marcel Mauss em seu *Ensaio sobre a dádiva*, publicado em 1924²⁰, sabemos que a troca de bens – inclusive de mulheres – é a base da coesão social, e que o desperdício ou a destruição de riquezas é também sinal de prestígio e honra em outros contextos.

Por outro lado, a antropologia também ensina que as sociedades elaboram suas formas de viver e de significar as relações e as coisas de maneira bastante diversa e, neste sentido, algumas leituras revelam aspectos muito interessantes sobre elaborações ocidentais.

Da mesma maneira como esta pesquisa já demonstrou uma construção particular acerca do lixo, a relação entre pessoas e coisas, e a própria definição de uma em relação a outra, pode se configurar de maneiras outras e se transformar ao longo tempo e segundo o contexto social.

Em seu livro *As pessoas e as coisas* (2016), Roberto Esposito demonstra que a divisão entre pessoas e coisas só aparece de maneira nítida, e até natural, porque passou por um longo processo de disciplinamento que contou, principalmente, com a contribuição da filosofia grega, do direito romano e da concepção cristã, pautada na dicotomia e hierarquização destes extremos.

Já no seu primeiro parágrafo ele afirma que,

se há um postulado que parece organizar a experiência humana desde seus primórdios, é o da divisão entre pessoas e coisas, Nenhum outro princípio possui raiz tão profunda na nossa percepção, e também na nossa consciência moral, quanto o da convicção de que não somos coisas - já que coisas são o contrário de pessoas. Porém, o que nos parece uma evidência quase natural é o êxito de um longuíssimo processo de disciplinamento que percorreu a história antiga e moderna modificando seus contornos. (ESPOSITO, 2016, p.1)

Nesta divisão, é comum o entendimento do caráter servil das coisas, criadas e produzidas a fim de resolver as necessidades humanas, enquanto às pessoas cabe a posse, controle, gozo e desfrute destas coisas. No entanto, o autor demonstra que entre as duas dimensões ocorre uma frequente inversão, tanto na despersonalização e coisificação de pessoas (pessoas inseridas no estatuto das coisas), quanto na desrealização e personificação de coisas (coisas inseridas no estatuto das pessoas). Ou seja, não são categorias estanques e imóveis. (ESPOSITO, 2016)

²⁰ Ver: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

Ou então, na mesma perspectiva, Daniel Miller afirma que “nós também somos ‘treco’²¹, e nosso uso e nossa identificação com a cultura material oferecem uma capacidade de ampliar, tanto quanto de cercear, nossa humanidade”. (2013, p.12)

Em *Treco, troços e coisas* (2013) Miller nos apresenta uma “teoria das coisas como molduras” e uma “teoria dialética da objetificação” que transcende a dicotomia pessoas e coisas. Suas conclusões derivam de investigações em torno de diversos “treco” (celular, sári, jeans, potes, presentes...) e em diversos contextos (indiano, trinitário, inglês...). Para ele, pessoas e coisas são elementos conectados na sua própria constituição, e fazem umas às outras dialeticamente. Os objetos materiais “compõem um cenário externo”, que não “percebemos” no cotidiano, mas que nos habitua e incita constantemente.

Os objetos são importantes não porque sejam evidentes e fisicamente nos restrinjam ou habilitem, mas justamente o contrário. Muitas vezes, é precisamente porque nós não os vemos. Quanto menos tivermos consciência deles, mais conseguem determinar nossas expectativas, estabelecendo o cenário e assegurando o comportamento apropriado, sem se submeter a questionamentos. (MILLER, 2013, p. 78).

Característica que ele chama de “humildade das coisas”, pois, é justamente na qualidade de invisíveis e não mencionadas, que elas funcionam como ambiente cultural que nos adapta e ao qual adaptamos. Crescemos e amadurecemos em meio a um ambiente que nos cerca, composto por um sistema de coisas que, com sua ordem interna, fazem de nós as pessoas que somos, do qual deriva a própria cultura, a cultura material. (MILLER, 2013)

Coisas não são nem boas nem más, mas são problemáticas, principalmente se nos lembramos da exposição presente no início deste artigo. É de coisas que se compõe o lixo, e ele tem sido paradoxalmente tratado hora como algo que desaparece, distante e que possibilita novas compras, hora como grande problema social e ambiental.

Neste sentido, Miller ainda indica que

quaisquer que sejam nossos medos ou preocupações ambientais com o materialismo, não seremos ajudados por uma teoria dos treco nem por uma atitude que simplesmente nos oponha a eles; como se quanto mais pensássemos nas coisas como se elas fossem alienígenas ou estranhas mais nos mantivéssemos sacrossantos e puros (MILLER, 2013, p. 11).

²¹ O autor não oferece uma definição para o termo. Se refere a uma grande variedade de coisas que podemos chamar de treco (MILLER, 2013).

Não é o caso de buscar uma humanidade original pura e imaculada, imagem tipicamente atribuída ao “selvagem nobre” e não materialista²². Mas também de não continuarmos a nos “dissolver numa mistura pegajosa de plástico e outras mercadorias” (MILLER, 2013, p.11), o que se torna cada vez mais insustentável, ainda mais num planeta que já suporta mais de 7 bilhões de pessoas.

É preciso pensar em outras imagens, outras abordagens, outras construções que deem conta desta realidade. Neste sentido, a confusão de fronteiras defendida por Daniel Miller também está presente numa imagem proposta por Donna Haraway, na imagem do “ciborgue”.

Em seu *Manifesto ciborgue* (2009), a autora trabalha com uma análise da realidade posta a partir da presença massiva da ciência e da tecnologia na vida contemporânea, que impacta e reestrutura o mundo. Da engenharia genética à guerra *high tech*, implantes, transplantes, enxertos, próteses, anabolizantes, vacinas, fármacos, drogas, clones, chips colonizam o cotidiano. Já não é possível dizer onde acaba o humano e começa a máquina. (HARAWAY, 2009).

Neste emaranhado de divisas confusas, o ciborgue “é um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social e também uma criatura de ficção” (HARAWAY, 2009 [1985]).

O ciborgue, à medida que incorpora a dicotomia humano-máquina, também participa da confusão de fronteiras defendida por Daniel Miller entre pessoa e coisa. E é neste sentido que a imagem do ciborgue pode ser útil para pensar o lixo. Apesar de um elemento estranho, ele é também coisa que compõe o mundo que construímos, e que também nos constrói enquanto pessoas.

Segundo a autora, a lógica de operar por dualismos (eu/outro, mente/corpo, cultura/natureza, macho/fêmea, deus/homem, civilizado/primitivo) é persistente nas tradições ocidentais, e resultou numa “realidade produzida e arregimentada num drama de crescente dominação da mulher e da natureza”, e que precisa ser superada.

A proposta é, portanto, na imagem do ciborgue, superar as dicotomias e operar na confusão das fronteiras, com (e não contra) a ciência e a tecnologia. Resgatar a “arte de ter cuidado”, de desconfiar e ponderar diante de respostas prontas, como alerta Isabelle Stengers (2015), para construir um mundo que conecte todas as partes.

²² Sobre isso ver também: ALBERT, Bruce. O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza (Yanomami). In: ALBERT, Bruce e RAMOS, Alcida R. *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte amazônico*. São Paulo: UNESP, 2002.

5 Conclusão

Com este artigo foi possível explorar algumas perspectivas das ciências sociais que de alguma maneira ajudam a compreender os significados e práticas associadas ao lixo, presentes nas sociedades contemporâneas ocidentais e ocidentalizadas, como São Paulo/SP, e que o mantém como um dos seus principais problemas ambientais.

Inicialmente, ao propor esta reflexão, a hipótese central se pautava na excessiva produção e descarte como uma consequência, talvez imprevista e não calculada, do estilo de vida consumista, centrado no consumo excessivo de bens e serviços, frequentemente inúteis e desnecessários. Essa construção da Sociedade de Consumo é de grande importância e influência em relação ao lixo, pois, além de incitar a descartabilidade das coisas, precisa de uma indústria do lixo eficiente para remover todos os “restos” para o mais distante possível dos indivíduos consumidores, e para que estes continuem a consumir. O tempo final de uso dos bens se torna algo muito bem calculado e determinado, dos celulares à água mineral engarrafada.

No entanto, além do consumo e do consumismo, outros elementos também se mostraram importantes para compreender o significado e as práticas que hoje empregamos ao nos relacionar (ou não nos relacionar) com o lixo.

A partir de uma reconstrução histórica do lixo na cidade de São Paulo/SP foi possível perceber que os hábitos, tanto dos indivíduos, como da municipalidade, se consolidaram especialmente ao longo do século XX. O modo atual de manipulação, gestão e descarte, bem como o significado do que deve ser descartado e removido para longe, fez parte do processo de modernização da cidade e da própria sociedade brasileira. A própria classificação de restos e de sujeira estão intimamente relacionados com a incorporação de valores modernos como limpeza, pureza e ordem.

Se por um lado a análise destas dimensões nos mostram os mecanismos e elaborações que subsidiam o significado e a própria maneira que encontramos de lidar com o lixo na sociedade contemporânea, por outro lado, a antropologia demonstra que a própria relação entre pessoas e coisas (da qual o lixo é parte) também é uma construção. No entanto, uma construção que depende de ambas as partes, e que se faz dialeticamente.

O lixo não desaparece magicamente quando no cotidiano decidimos por “jogá-lo fora”. Se torna aquele bem material inconveniente que, individualmente procuramos um lugar para descarte, uma lixeira, e coletivamente adquire a forma de lixões e aterros, uma realidade por todo o Brasil. Um problema ambiental que passa pelos grandes volumes produzidos constantemente, pelo gerenciamento ineficiente, e ainda pelo descarte final que está longe de ser adequado, mesmo considerando toda tecnologia e alternativas disponíveis que muitas vezes sequer são colocadas em prática.

Não quer dizer que não existam avanços e mudanças. Diversas são as iniciativas em vários países e contextos, desde políticas públicas a projetos do Terceiro Setor, bem como de Negócios Sociais, que ganham cada vez mais espaço. No entanto, a mudança de paradigma é um constante desafio que esbarra nos comportamentos mais cotidianos.

Não é apenas uma questão de ser “verde”, “ecológico” ou “sustentável”, mas de ponderar o lixo como um dos elementos que compõem a vida material de todos e todas, e que em suas características, guarda perigos e reações que afetam não só a “qualidade ambiental”, mas todas as formas de vida que incluem a humana, em especial aquelas mais vulneráveis.

As coisas não precisam ser necessariamente colocadas numa esfera desagradável ou inferior da vida, pelo contrário, precisamos delas para nos construir e construir o meio em que vivemos. O lixo é uma das faces dessa construção material e social, e que precisa ser considerado nas atividades mais cotidianas da vida.

Referências

- ABRELPE – Associação Brasileira de Limpeza Pública e de Resíduos Especiais. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2016**. Disponível em <<http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2016.pdf>>. Acessado em 03 abr 2017.
- BARBOSA, Livia. **Sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BAUDRILLARD, Jean. A Sociedade de consumo. Lisboa: Edições 70, 2007 [1970].
- BAUMAN, Zigmunt. **Vida para o consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008 [2007].
- CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Áreas contaminadas críticas**. Disponível em <<http://cetesb.sp.gov.br/areas-contaminadas/category/areas-contaminadas-criticas/>>. Acessado em 06 mai 2018.
- CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relação de Áreas Contaminadas e Reabilitadas no Estado de São Paulo**. Dezembro de 2017. Disponível em <<http://cetesb.sp.gov.br/areas-contaminadas/relacao-de-areas-contaminadas/>>. Acessado em 06 mai 2018.
- CHAPOLA, Ricardo. O que se sabe até agora sobre o desabamento do prédio em SP. **Nexo**. Publicado em 01 mai 2018, atualizado em 02 mai 2018. Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/05/01/O-que-se-sabe-at%C3%A9-agora-sobre-o-desabamento-do-pr%C3%A9dio-em-SP>>. Acessado em 06 mai 2018.
- DORTIER, Jean-François. **Dicionário de ciências humanas**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- DUARTE, Alice. A antropologia e o estudo do consumo: revisão crítica das suas relações e possibilidades. **Etnográfica**, vol. 14 (2), p. 363-393, 2010.
- ESPOSITO, Roberto. **As pessoas e as coisas**. São Paulo: Rafael Copetti Jr., 2016 [2014].
- GIRARDI, Giovana. Brasil produz lixo como primeiro mundo, mas faz descarte como nações pobres. Publicado em 07 Ago 2016. **O Estado de S. Paulo**. Disponível em <<http://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/ambiente-se/brasil-produz-lixo-como-primeiro-mundo-mas-faz-descarte-como-nacoes-pobres/>>. Acessado em 06 mai 2018.
- HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz (Org. e trad.). **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009 [1985].
- MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas**: estudos antropológicos sobre a cultura material. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2013 [2010].
- MIZIARA, Rosana. Por uma história do lixo. **InterfacEHS**, v. 3, n. 1, Artigo 6, 2008.

NINNI, Karina. Cidades geram apenas 2,5% do lixo do planeta. Publicado em 28 Set 2011. **O Estado de S. Paulo**. Disponível em <http://www.mw.pro.br/mw/eco_estadao_lixo.pdf>. Acessado em 17 mai 2018.

Prefeitura de São Paulo, Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL). População recenseada; Coleta de lixo segundo origem. Disponível em: <<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/>>. Acessado em 09 mai 2017.

Prefeitura de São Paulo. Aterros sanitários e transbordos. Disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/regionais/amlurb/aterros_e_transbordos/index.php?p=4633>. Acessado em 09 mai 2017.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 59.263, de 5 de junho de 2013. Regulamenta a Lei nº 13.577, de 8 de julho de 2009, que dispõe sobre diretrizes e procedimentos para a proteção da qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas, e dá providências correlatas. Disponível em <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2013/decreto-59263-05.06.2013.html>>. Acessado em 06 mai 2018.

SHWARCZ, Lilia M. (Org) **História do Brasil Nação**: A abertura para o mundo (1889 - 1930). vol 03. São Paulo: Ed. Objetiva, 2012.

SHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Ed. Duas Cidades, 1988.

SILVA, Isabela Oliveira Pereira da. A tragédia depois da tragédia do incêndio no Largo do Paissandu: uma ferida aberta na cidade. **Blog da Boitempo**. Publicado em 02 mai 2018. Disponível em <<https://blogdaboitempo.com.br/2018/05/02/a-tragedia-depois-da-tragedia-do-incendio-no-largo-do-paissandu-uma-ferida-aberta-na-cidade/>>. Acessado em 06 mai 2018.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes**: resistir à barbárie que se aproxima. Tradução de Eloisa A. Ribeiro. São Paulo: Cosac Naify, 2015 [2009].